

## PASSEAR E PARTICIPAR: O LAZER AMPLIANDO A CIRCULAÇÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Recebido em:** 06/09/2015

**Aceito em:** 20/05/2016

*Cinthia Mayumi Saito Corrales*<sup>1</sup>  
*Eliane Dias de Castro*<sup>2</sup>

Universidade de São Paulo  
São Paulo – SP – Brasil

**RESUMO:** As estratégias para a construção da participação social das pessoas com deficiência no Brasil estão ligadas a ações e serviços de saúde ou programas especializados. O estudo de caso do *Projeto Andanças*, grupo de passeio desenvolvido no Município de Ribeirão Pires, SP (Brasil), permitiu a problematização do Lazer como intervenção para ampliar a vida social dessa população. Os dados permitiram a construção de Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) para as análises, o que afirmou a potência do trabalho e direcionou as categorias Lazer e Participação Social, com foco nas necessidades e vivências das populações com deficiência. Os resultados apontam o Lazer como campo de intervenção fundamental para favorecer a participação social e a necessidade de intervenções que abordem as barreiras de atitude, elucidando práticas e estudos sobre o lazer das populações com deficiência.

**PALAVRAS CHAVE:** Participação Social. Atividades de Lazer. Pessoas com Deficiência.

### RAMBLING AND PARTICIPATING: LEISURE ACTIVITIES TO IMPROVE SOCIAL CIRCULATION OF PEOPLE WITH DISABILITIES

**ABSTRACT:** The strategies for building social participation of people with disabilities in Brazil are linked to actions and healthcare services or specialized programs. A case study of the *Projeto Andanças*, a ramble group developed in the city of Ribeirão Pires (SP/Brazil), allowed the questioning of Leisure as an intervention to expand the social life of this population. Data allowed the construction of Collective Subject's Speeches

<sup>1</sup> Terapeuta Ocupacional pela Universidade de São Paulo (2005). Mestre em Ciências da Reabilitação pela Faculdade de Medicina da USP pesquisou a temática do lazer e participação social de pessoas com deficiência (2010). Atualmente é terapeuta ocupacional dos Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) Vila Maria (SP). Co-criadora do projeto EncontrAR-TE na Cidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Graduação em Terapia Ocupacional pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (1981). Mestre em Artes (1992) Doutora em Ciências (2001) pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e Pós-doutorado com auxílio pesquisa da FAPESP e participação no Laboratório de Psicologia da Arte do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2006) e no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (2014/2015). Atualmente é Professora Doutora do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte.

(DSC) for the analysis, and has stated the power of the work and directed the Leisure and Social Participation categories, focusing on the needs and experiences of people with disabilities. The results have placed the Leisure field as a fundamental interdisciplinary intervention area to build a society able to accept diversity and have pointed out the need of developing new studies about attitudinal barriers, which puts practices and studies on Leisure of populations with deficiencies under a new light.

**KEYWORDS:** Social Participation. Leisure Activities. Disabled Persons.

## **Introdução**

A ampliação das discussões sobre as situações vividas pelas pessoas com deficiência possibilitou revisões e modificações nas condições históricas de reclusão e confinamento destas populações, e prossegue de acordo com a sensibilidade social predominante. Ações são reconfiguradas nas intervenções das associações de deficientes; pela implementação de políticas públicas ligadas a essas populações; e por instituições formadoras – universidades e organizações –, que, atualizando conceitos e práticas, produzem uma extensa revisão crítica sobre o lugar social ocupado por esta população. A partir de 1960, em termos mundiais, tem início a construção de uma concepção de deficiência que reflete relações entre as limitações dos deficientes, os ambientes e as atitudes sociais.

No Brasil, foi a partir dos anos 90, que a atenção às pessoas com deficiência sofreu mudanças significativas, de forma que as intervenções enfatizam o protagonismo e a autonomia dessas pessoas, superando a ideia de “fazer para” e instituindo um “fazer com” elas; e, convidando as pessoas com e sem deficiência a “fazer juntos” e, desta forma, emancipar mudanças que ampliam a participação de todos nos diversos cenários da vida comum. (BRASIL, 2008; PUHLMANN, 2008).

Desmancha-se a ideia de que as pessoas com deficiência estão fora da sociedade, e passa-se a convidá-las a participar dos espaços coletivos, num acolhimento da situação de vulnerabilidade, decorrente da desvantagem social em que vivem. Assim,

geraram-se muitas discussões e debates sobre sua participação social que culminaram na formulação de instrumentos legais, regulamentando e normatizando as práticas sociais, de forma que este envolvimento não seja prejudicado e sim preparado e estimulado.

Apesar dos avanços, efetivamente ocorrido nas duas últimas décadas, observam-se, ainda, ações de segregação relacionadas à atitude das pessoas em geral em relação à deficiência. As barreiras de atitude alicerçam outras. Identificá-las é essencial para reduzir os processos de exclusão que se materializam na atitude das pessoas, não sendo possível explicitá-las facilmente nas relações sociais. (LIMA & SILVA, 2008).

Atualmente, as práticas que favorecem a participação das populações com deficiência envolvem pessoas com e sem deficiência, como seres atuantes e buscam emancipar experiências comuns para a produção da vida coletiva.

Propõe-se, aqui, problematizar o campo do Lazer, em seu caráter interdisciplinar, como área de intervenção para ampliar a participação social das pessoas com deficiência. Assim, parte-se de uma revisão bibliográfica e de um estudo sobre Lazer e sobre a Participação Social e apresenta-se a experiência do *Projeto Andanças* – incluir para mudar o olhar, desenvolvido em Ribeirão Pires-SP/BR. A partir de observações participantes, realizadas no período de 2008 a 2009, foi construído um estudo de caso com registros em diário de campo, estudos de documentos e entrevistas com informantes-chave, selecionados ao longo do acompanhamento do *Projeto Andanças*. Apresentaremos aqui trechos dos estudos teóricos e partes selecionadas da análise qualitativa das entrevistas, selecionando as seguintes categorias temáticas: Participação Social e O Lazer. Tais categorias foram construídas a partir dos objetivos da pesquisa e da construção dos discursos de sujeito coletivos. Estes aprofundam a compreensão das múltiplas ações necessárias ao estabelecimento de um acesso ao lazer

com qualidade às populações com deficiência, problematizam pontos e permitem análises críticas sobre a proposta estudada. Os resultados encontrados ampliam a reflexão e apontam a necessidade de vários projetos sustentados por iniciativas públicas para a participação social desta população.

O envolvimento com o projeto e a imersão no campo investigado demonstrou que é através da oportunidade de realizar novos atos cotidianos e, assim, envolver-se em situações inéditas na vida que a participação é ampliada. Trata-se de um processo tecido por sutilezas, de difícil visibilidade. É a partir dessa dimensão que as intervenções acerca da participação social são consolidadas, através de uma visibilidade construída no processo de fazer efetivamente parte do mundo.

### **Notas Sobre Lazer**

O lazer, muitas vezes, não é levado a sério, assim como as ações que favorecem a sua prática. É visto como atividade de quem não tem o que fazer, há um (des) valor construído pelos modelos econômicos e sociais de produtividade. Isso remete ao tempo de lazer uma disponibilidade para diferentes fazeres e experiências, povoadas por descanso e diversão e onde as trocas sociais se fazem por afinidades e interesses. O entendimento do lazer como o inverso das obrigações, especialmente do trabalho produtivo, é predominante enfrentado na contemporaneidade. (GOMES, 2008).

Etimologicamente, a palavra *lazer* provém do latim, derivando de *licere* e *licet*, criados pela civilização romana e significando “lícito, permitido, ter o direito, poder”. Em sua forma arcaica, *lezer*, traz a conotação de preguiça. Historicamente, Lazer incorpora valores associados ao “não trabalho”, assumindo a conotação de *ócio*, antítese de *trabalho*, e opera ações no cotidiano das pessoas. (GOMES, 2008).

Desde o final do século XX, o Lazer vem ganhando espaço, no Brasil ou em outros países, com um crescente número de pesquisas, debates e publicações, evidenciando interesse e necessidade de aprofundar o tema. Considerado “fator básico para o exercício da cidadania plena e para a busca de uma vida com mais sentido e qualidade”, é visto como direito social em documentos oficiais: *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e *Constituição Federal do Brasil* é também compreendido como uma dimensão da cultura, um “[...] campo da vida humana decorrente de construções/interações culturais, sociais, políticas, entre outras”. (GOMES, 2008, p. 9-11).

O Lazer compreende o uso do tempo livre economicamente útil e moralmente aceito designa atividades, espaços, equipamentos e atitudes, que implicam descanso e diversão para o trabalhador. A construção histórica deste conceito estabeleceu uma dissociação de qualquer traço religioso ou lúdico do trabalho, favorecendo a instauração da divisão do tempo de acordo com as práticas sociais: tempo do trabalho; tempo do lazer; tempo do estudo. Esta divisão ocorre principalmente nos centros urbanos, onde o tempo é medido, contabilizado, poupado e compartimentalizado, factível pelas máquinas e os instrumentos que permitem a aceleração do “[...] movimento dos corpos no trabalho, em ruas e estradas, de alterar e disparar todo um modo de perceber e vivenciar a realidade”. (SANT’ANNA, 1994, p.14).

As análises sobre o Lazer são pautadas por categorias, como trabalho, cultura, educação, atitude, práxis, sendo a categoria *tempo* central em todas as análises. A ideia de tempo livre surge com as contradições do desenvolvimento capitalista como conquista de classe. Para Adorno (2002), o tempo livre corresponderia ao que era o ócio: privilégio de uma vida folgada. Este significado, hoje, não possui mais sentido. A

redução do trabalho à atividade de subsistência sob a forma de salário, como valor do sistema socioeconômico vigente, e as extensas jornadas de trabalho impulsionaram a conquista de um tempo fora do trabalho. As tentativas de conceituação do tempo livre colocam-no como um tempo restante após o trabalho, as obrigações e necessidades. O ócio, entretanto, é pejorativamente associado à preguiça, vadiagem e inutilidade. (MASCARENHAS, 2000).

O ócio, assim como o lazer, apresenta-se inserido num quadro de transformações sociais, como produto de condições determinadas, ganhou novos e diferentes sentidos, conservando ou abandonando antigas significações, até que sua configuração fosse radicalmente transformada, desdobrando-se no lazer. Este apresenta uma relação de ruptura e continuidade com o ócio, ora incorporando-o, ora negando-o. O Lazer é, muitas vezes, tratado como negação do ócio, sendo este compreendido como erro e colocado sob uma ordem moral, racional e economicamente útil. É ele a forma de apropriação dominante do tempo livre, e expressa determinações econômicas, políticas, culturais e sociais produzidas pelo capitalismo. Do ócio ao lazer, nos diferentes períodos, percebe-se que o lazer mantém estreita relação com as transformações da organização do trabalho. (MASCARENHAS, 2005).

Na contemporaneidade, a força dos sistemas econômicos dominantes gerou uma moral do trabalho, na qual o tempo de não trabalho tem como função restaurar a força, para trabalhar melhor, não devendo sequer lembrar o próprio trabalho. Observam-se, numa dimensão coletiva, ocupações do tempo livre esvaziadas de sentido para quem as realiza. O ócio é, então, associado à improdutividade e tem a sua valoração negativa reforçada.

A vida moderna reduziu as atividades humanas a uma única forma de fazer, caracterizado pelo labor, voltadas a assegurar as necessidades da vida do corpo biológico, produzindo-as e consumindo-as. O trabalho e a ação são suprimidos. O lazer, inserido nesta lógica, de produção e consumo, é capturado e atravessado pelo modelo moral e econômico do capitalismo, como todos os tipos de atividade. (LIMA, 2006; ARENDT, 2000).

Constitui-se atividade de manutenção de uma vida biológica, compondo o tempo que sobra do trabalho para recuperação das forças físicas e retorno à produtividade. As compreensões e práticas de lazer deixam de figurar como conquista dos trabalhadores assalariados, restringindo-se ao tempo de não trabalho, assumindo funções específicas: fuga dos problemas, recuperação das energias, compensação das frustrações, quebra da rotina. (GOMES, 2008).

O tempo disponível é concebido da perspectiva do capital, devendo ser explorado para expandir e valorizar o próprio capital. Para que a construção de uma sociedade cuja vida seja dotada de sentido, o tempo disponível deve ser compreendido a partir da concepção do *trabalho vivo*: como condição para que a sociedade possa suprir suas demandas efetivamente sociais e, assim, fazer aflorar uma subjetividade dotada de sentido *dentro e fora* do trabalho. Isso porque o *tempo disponível* será aquele proveniente da atividade laborativa autodeterminada, voltada para atividades desprovidas da relação dinheiro-mercadoria. (ANTUNES, 2009).

O caráter espontâneo do lazer, por partir dos desejos e interesse das pessoas, pode abarcar inúmeras experiências de contato e recriação do universo cultural, fomentando a construção de novas normas, condutas e valores para o convívio social (MARCASSA, 2003).

O lazer compreendido como “[...] resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura perpassado por relações de hegemonia”, possibilita a criação e recriação das manifestações cotidianas dos sujeitos, produzindo e não apenas reproduzindo cultura. Trata-se de uma experiência coletiva, e não uma atividade privilegiada (MASCARENHAS, 2000, p.17).

O Lazer permite o *experimentar*: “[...] arriscar-se para além da posição dos resultados imediatos/ previstos/ ‘desejados’; acolher o inesperado/ desconhecido/ o não escolhido!” Permite o *apreciar*: “deixar-se afetar pelo outro”, ser tomado pelos efeitos dessa afetação, pelos sentimentos, percepções, sensações, pensamentos. Permite construir sentido, não como atribuição, mas como movimento: *afirmar* o acontecimento e o que ele produziu. (QUARENTEI, 2006, p. 2, 3).

As atividades de lazer constituem espaços de relações sociais onde construímos mundos, onde as interações possibilitam o desencadeamento de mudanças no sujeito e no meio social. Nestes espaços a participação é facilitada: a disponibilidade dos sujeitos para o diferente e o inusitado é espontânea, assim como para o envolvimento nas situações vivenciadas.

No Brasil, o lazer é pouco pesquisado em relação às populações com deficiência; enfoca a adaptação de atividades, em caráter de reabilitação, para favorecer a participação dessa população. O lazer é pouco citado como facilitador dos contatos pessoais, das escolhas do sujeito, do crescimento pessoal, do desenvolvimento de interesses e da participação social (MARTINELLI, 2008).



## Notas Sobre Participação Social

Participar é convidar o outro a tomar parte, estar junto, acompanhar. Nas discussões sobre *participação social*, nos sistemas de saúde, encontram-se dois tipos de definições: a participação como meio (perspectiva utilitarista) ou participação como fim. No primeiro, a participação é utilizada para alcançar objetivos definidos por instituições, para realização de intervenções, prioritárias, ou alternativa estratégica emergencial. No segundo, há o reconhecimento do direito da população de participar de decisões sociais que afetam a vida cotidiana e constitui-se como controle social das instituições (VAZQUEZ *et al.*, 2003).

A participação social é um processo que admite modalidades e escalas de participação diversificadas, podendo ocorrer em dois grandes níveis: *simbólica* ou *controle cidadão*. O primeiro é caracterizado “[...] pela falta de partilha de poder e, em sequência ascendente, considera participar como a utilização de serviços, informação, consulta e conciliação”. O nível do controle cidadão “[...] começa com a colaboração, inclui o poder delegado e, finalmente, alcança um grau denominado controle cidadão, que se expressa com o exercício de poder decisório, solidário e compartilhado”. Na passagem de um nível para o outro, o processo participativo fica exigente e complexo, implicando o cumprimento de uma série de requisitos e condições por parte do participante; neste aponta-se, apenas, um nó crítico: o descompasso entre o cotidiano das práticas e as conquistas no plano legal (VAZQUEZ *et al.*, 2003, p.580).

No Brasil, muitas leis que objetivam favorecer a participação social dessa população não são postas em prática, o que aponta o descompasso entre o cotidiano das práticas e as conquistas e discussões no plano legal em relação às populações com deficiência. A participação social “[...] não pode ser vista apenas como uma variável

explicativa básica que leva à constatação de minorias participantes e de uma massa da população passiva e inoperante”; as diferentes formas de participação apresentam-se numa constituição difusa: os *atos cotidianos*, observados nas relações com o outro, são indicadores de participação (LIMA, 1983, p.38).

Estas perspectivas abordam o universo macropolítico e micropolítico: dimensões de enfrentamento das tensões da vida humana, movimentando os pontos em que a dinâmica de transformação se encontra travada, e liberando o movimento vital para a saúde da sociedade. As ações macropolíticas agem nas tensões da realidade visível e dizível, nas estruturas molares que regem a organização social. As ações micropolíticas agem na tensão dos planos do sensível, invisível e indizível, nas estruturas moleculares, ligadas às sensações e devires dos processos subjetivos e dos inúmeros acontecimentos sociais (ROLNIK, 2008).

A participação como meio ou como fim aborda uma perspectiva macropolítica, constituindo uma luta por direitos com ações que operam junto a valores e estruturas instituídas. Os *atos cotidianos* remetem a um olhar micropolítico, aos interesses e desejos dos sujeitos e a relação destes com o universo social em questão (VAZQUEZ *et al.*, 2003; LIMA, 1983).

Considerando o processo da participação simbólica e o controle cidadão na relação das populações com as diversas instâncias institucionais, o processo participativo tornar-se exigente, com a complexificação dos laços sociais que se constituem, possibilitando a construção, ampliação e fortalecimento de uma *rede social de suporte*. Tais laços são constituídos a partir dos *atos cotidianos* junto às relações próximas e agregam novos fios ao tecido social, à medida que se expandem (LIMA, 1983; VAZQUEZ *et al.* 2003; SLUZKI, 2006).

As relações sociais podem ser tomadas como um emaranhado, constituindo uma rede, sendo cada sujeito um ponto da trama. No cotidiano, deparamo-nos com composições e entrelaçamentos (ou não), a partir do modo como cada um se relaciona com os acontecimentos da vida. As relações percebidas como significativas para o sujeito, que contribuem para o seu reconhecimento configuram as *Redes Sociais de Suporte* (SLUZKI, 2006).

O desejo de participar das populações, com deficiência expressa a vontade de estar “dentro da vida”, com seus modos únicos e singulares, e não à sua margem. Pertencer às redes sociais fortes e sustentadoras constitui fator de proteção à saúde, na medida em que as relações sociais favorecem o encontro de um maior sentido à vida, atribuindo um lugar ao outro, a partir da própria relação estabelecida (MURAMOTO; MÂNGIA, 2007).

A participação social é compreendida como *envolvimento em uma situação da vida*, cujos indicadores de participação estão vinculados aos *atos cotidianos*, que favorecem a constituição de uma rede social de suporte. Esta apresenta, por um lado, um caráter micropolítico, caracterizado pela rede de relações constituídas e utilizadas no cotidiano do sujeito e da família, e, por outro, um caráter macropolítico, caracterizado pela participação simbólica até o caráter de controle cidadão junto às diferentes instâncias sociais, aos quais possa estar vinculado de alguma forma. As pessoas com deficiência e aquelas que constituem suas redes sociais de suporte construíram uma história de participação com envolvimento em situações políticas da vida. Neste percurso, instauraram-se políticas e estudos com enfoque de ações macropolíticas, seja por iniciativa da sociedade ou dos movimentos de luta das pessoas com deficiência. Os

resultados, muitas vezes, não conseguem apresentar as facetas micropolíticas de participação social dessa população.

Longe de considerar que a condição de deficiente apresenta um caráter a ser superado, compreende-se que ela configura uma característica constituinte do sujeito, uma diferença por vezes estampada no corpo e que, inexoravelmente, se projeta na vida e no cotidiano do sujeito. Assim, não se fala em incluí-los na sociedade, mas que os seus modos de ser configurem novas possibilidades no tecido social (PEREIRA, 2006).

Na dimensão micropolítica da participação das pessoas com deficiência, as relações estabelecidas com o ambiente onde vivem, pode ser materializada nos atos cotidianos, provocam uma tensão social, escancarando as diferenças nas relações e convocando o outro a vivenciá-las. A visibilidade dada às pessoas com deficiência e suas dificuldades, pode possibilitar o surgimento de atitudes que favorecem a participação social dessa população, criar novas sensibilidades para o acolhimento desta questão e introduzir novas experiências no cotidiano das cidades.

### ***O Projeto Andanças***

O *Projeto Andanças* surge em 2006, como desejo de favorecer a circulação das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais do entorno da cidade. Desenvolvido na Gerência de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência (GPPPD), no Município de Ribeirão Pires, tem como objetivo favorecer o acesso de pessoas com deficiência aos bens culturais comuns, ofertando ingressos e transporte.

busca-se, com esta proposta, trabalhar para superar barreiras atitudinais e empoderar os participantes<sup>3</sup> (PMETRP, 2007).

As atitudes, consequências observáveis de costumes, práticas, valores, normas, ideologias, crenças religiosas e fatuais, influenciam o comportamento social em todos os níveis. As barreiras atitudinais são aquelas que motivam práticas negativas e discriminatórias (OMS, 2003).

O *Projeto Andanças* se propõe a levar as pessoas com deficiência para passear: a GPPPD cadastra moradores do Município que possuem deficiência; a equipe organiza um passeio: local, número de pessoas e ingressos; os cadastrados são selecionados segundo a idade e o número de vezes que já realizou passeio com o *Andanças*. No passeio, uma Equipe de Apoio, formada por funcionários da Prefeitura, estará disponível para facilitar a participação dessas pessoas.

Nesta pesquisa, realizou-se: (i) um estudo documental no período de 2006 a 2008; (ii) observação participante no ano de 2008; (iii) entrevistas com *informantes-chaves* (participantes e equipe do Projeto) em 2008 e 2009. O entrelaçamento dessas três formas de aproximação para conhecer e avaliar o projeto possibilitou a construção de um estudo de caso e a organização de Discursos do Sujeito Coletivo (DSC), para abordar o tema e apresentar uma contribuição para a atualização desta discussão. (LEFEVRE; LEFEVRE, 2003).

O *Projeto Andanças* não define deficiência ou independência: o cadastro do munícipe depende da compreensão que os funcionários da GPPPD têm sobre deficiência, e da sensibilidade da equipe para a situação apresentada. É na experiência

---

<sup>3</sup> Compreendido como processos de mobilização e práticas destinados a promover e impulsionar grupos e comunidades, pelo crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas, quer material quer como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social. (GOHN, 2004, p. 23).

sensível - construída pelas sensações e percepções no contato com o participante e a família—, que essas pessoas são mantidas ou não como participantes do *Andanças*, portanto, o público participante é definido a partir da percepção social das incapacidades, desvantagens e possibilidades de participação. A Equipe favorece a participação das pessoas com deficiência nas atividades e auxilia no acesso, seja físico ou atitudinal, buscando garantir a compreensão como: auxiliar no manejo de pessoas com deficiência física; intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais); mediador para o deficiente visual com descrição verbal; ou motorista. Integrar a Equipe de Apoio implica a assunção do compromisso com a diversão da pessoa com deficiência e não de si próprio.

Acompanhar o *Andanças* propiciou a construção de interlocuções e reflexões, que enfatizam a necessidade de múltiplas intervenções nas diferentes áreas do viver, para ampliar a participação das pessoas com deficiência. Produziu-se uma contribuição para a ampliação dos saberes técnicos especializados, deslocando as intervenções do marcador biológico que, historicamente, as constituíram. Para problematizar o Lazer como campo de intervenção para ampliar a participação social das pessoas com deficiência, apresentar-se-á duas categorias de análise: **O Lazer e Participação Social**, na perspectiva da experiência de todos os participantes deste projeto.

### **O Lazer: No Contato Com As Experiências Do Projeto *Andanças***

A discussão do lazer realizada junto ao *Andanças* é desenvolvida com a imersão no contexto da pesquisa. Nos documentos oficiais ou materiais de divulgação, não há menção do termo para referir-se às atividades do *Projeto*. Optar pela não utilização dessa nomenclatura evita uma discussão acerca do valor da proposta. O olhar para a

questão das deficiências encontra ressonâncias na história do lazer, ambas apresentam elementos com valorações negativas ante a lógica socioeconômica da produção e reprodução desenfreada do capital. Se a deficiência é vista como desvio das normas e padrões previamente estabelecidos, e a sua aceitação condicionada a uma adaptação, o lazer tem valoração positiva especialmente quando considerado como elemento que contribui para o processo produtivo, no descanso do trabalhador. Porém, a valoração para ambas as questões sofre alterações na história. A busca da valorização social da diversidade e a luta pela aceitação das diferenças possibilitam que a deficiência ganhe novas oportunidades de participação social. A associação crescente do lazer à saúde e ao bem-estar o coloca em destaque, incluindo-se aí as intervenções e práticas voltadas para as pessoas com deficiência.

Quando a deficiência é colocada em pauta traz consigo questionamentos aos valores sociais ditos positivos, como velocidade e produtividade. Algumas experiências são colocadas como trajetórias de superação e tornam-se modelos a serem perseguidos pelas pessoas com deficiência. Dessa forma, favorecem a reprodução subjetiva pregada pelo sistema capitalista. Isto acontece quando se olha apenas para a condição inicial de ser pessoa com deficiência e achatam-se as experiências do processo em que se construiu a participação social daquele sujeito. São os olhares para as pequenas cenas do cotidiano que constituem protestos contra a subjetividade capitalística, redimensionando as concepções acerca da questão. (ROLNIK, 2008; GUATTARI, 2005).

O lazer e a questão da deficiência têm o olhar sobre si modificado e convivem com as diferentes concepções desenvolvidas no decorrer dos tempos. São conceitos que remetem a outros, não somente em sua história, “[...] mas em seu devir ou suas conexões presentes” (DELEUZE e GUATTARI, 2004; p. 31). O lazer remete à questão

da produção socioeconômica, aos valores atribuídos em decorrência dos modelos produtivos, às relações com o tempo, com as concepções de trabalho, à participação social.

Eis a contribuição dos nossos interlocutores, nesse momento da Equipe de Apoio do projeto (DSC/EA) para esta denominação:

Não temos uma cultura do lazer. As pessoas não acham necessário que pessoas com deficiência vão ao teatro. Então, por ser um momento de lazer e eles verem essas pessoas fazendo a mesma coisa que eles, se divertindo, é diferente. Não estamos acostumados a ver um grupo de pessoas com deficiência se descontraindo, se entrosando. É necessário que a pessoa saia, se divirta. Faz parte da terapia, do tratamento! O horário de estar com a família, de conhecer outras pessoas, outros lugares. Faz parte do desenvolvimento, porque a criança sai de casa, vai na fono, vai na hidro, na equoterapia e aí? Só sai de casa para tratamento? Acho que tem que sair de casa para o lazer, é específico: “Hoje é nosso passeio, vamos sair, nos divertir.”. Isso é extremamente necessário (DSC/EA).

A questão da atribuição de valores parece esvanecer no contato entre pessoas com e sem deficiência, pelo estranhamento causado. Abre-se para a instauração de novos valores acerca do lazer e da deficiência. Os pronunciamentos dos participantes e familiares elucidam a questão (DSC - PF):

Lazer é diversão; é importante, pra gente e pra eles. No lazer, esquecemos a tristeza, coisa ruim, vivemos mais. Não é verdade? Não ficamos só, em casa, pensando... Num parque, você está se divertindo, esquece momentos ruins. Eu acho que lazer é isso. Ele é muito importante em todos os lugares, principalmente pra essas crianças que não têm conhecimento. Em um parquinho, eles estão se divertindo, tendo contato com as pessoas, vendo coisas diferentes. Lazer, sem o Andanças? Nenhum, só televisão... E rádio... É porque quando você não sai... Aqui em casa sou eu, minha mãe e meu filho. Então, lazer é ir pra escola, assistir televisão, ouvir música, brincar em casa. Mas lazer, lazer mesmo, de diferente, nada (DSC/ PF).

No contato com o *Andanças*, o tema do Lazer emerge como denominação para o trabalho realizado, a expressar a potencialidade de favorecer a participação social das



peças com deficiência, com ações que operam em diferentes níveis, micro e macropolítico. A participação das pessoas com deficiência em atividades de lazer reinscreve essa população no imaginário social; constrói um novo olhar, favorecendo o exercício de políticas públicas e o cumprimento de normas e leis, trazendo concretamente para a experiência coletiva as discussões que ficam encerradas em campos de saberes específicos.

### **Participação Social: O *Andanças* Facilitando a Participação**

A restrita participação social das pessoas com deficiência, conforme o relato dos interlocutores gerou o desejo de criação do *Andanças*.

Os motoristas do transporte adaptado observaram que as crianças e adolescentes, só iam no roteiro casa-escola. E perguntaram: “nunca foi para tal lugar?”. E a mãe: “Eu também não, nunca tive tempo!”. Ou leva ao médico ou fica internado. Quando fizemos a primeira trilha de jipe, vimos quantas pessoas não saíam. Hoje, algumas só saem com o *Andanças*: um deficiente, adulto, pesado, de pais idosos; ou um jovem cadeirante, com a avó cega e, a mãe, sem recursos, que cuida de ambos (DSC/EA).

A ampliação da participação relatada, a partir da experiência com o *Andanças*, indica que as ações que favorecerem a participação social das pessoas com deficiência são essenciais para diminuir as restrições. As barreiras arquitetônicas são apontadas como importantes elementos restritores da participação, para as pessoas com deficiência física.

Alguns, além da deficiência, moram em lugar difícil, onde mal entra ônibus. Se chover, então... Muitos que atendemos, ou a casa era muito para baixo ou muito para cima: quarenta degraus para subir ou descer. E muitos não têm condições de sair, só com o *Andanças* mesmo. Sabemos que, se não buscamos, a pessoa não sai (DSC/EA).

Ele não convive. Não saímos, porque moramos em lugar difícil. Tem criança que nunca saiu de casa, por estar numa cadeira de roda, por ser adulto e ter que carregar. Não temos condução própria; quando você tem um carro, pode-se colocá-los numa pracinha, mesmo com dificuldade (DSC/PF).

As barreiras encontradas para sair remetem às condições de moradia e renda dessa população que, além de encontrar dificuldades para adaptar suas casas de acordo com as próprias necessidades, para favorecer a circulação e acessar meios de transporte, moram em regiões precárias da cidade, onde há menos recursos disponibilizados. Apesar de a legislação assinalar que é de responsabilidade dos governos municipais desenvolverem estratégias que eliminem as barreiras físicas, estas ações não atingem a todos os municípios (NERI *et al.*, 2003).

O *Projeto Andanças* vive situações que demandam a criação de estratégias específicas para viabilizar um passeio, para superar as barreiras. As instituições, mesmo avisadas previamente da chegada do grupo, parecem ser tomadas pelo inesperado: muitas vezes, não sabem como agir, como ajudar. A chegada do *Andanças* cria situações que redimensionam a questão da deficiência junto aos trabalhadores dessas instituições. Assim, ao longo do desenvolvimento do *Projeto*, foi necessária a criação de pequenas soluções, a partir das necessidades que emergiram nas diferentes circunstâncias. Outra barreira importante enfrentada pelas populações com deficiência diz respeito à atitude das pessoas.

Nossa maior recusa foi no primeiro passeio. Íamos pra praia, mas a cidade colocou vários impedimentos, deram algumas desculpas: as crianças não podiam comer na areia, só dentro do ônibus; tinha uma série de “não podias”, que se traduziam em: “Vocês não venham”. Então, nós não fomos (DSC/EA).

Barreiras atitudinais, camufladas, estão presentes no cotidiano dessas pessoas. Os avanços teóricos e conceituais inibem situações explícitas de atitudes negativas quanto à presença dessas populações nos espaços sociais. Assim, o discurso é maquiado e surge constantemente no contato com o social, ou dentro de suas próprias casas.

Foi difícil convencer o deficiente, e a família, que ele tinha de sair. Quem apóia é a mãe, a família não é próxima, demonstra receio, o mais chato para nós. Aconteceu da pessoa querer passear e não ter acompanhante, ninguém queria ir: “Eu não vou empurrar um deficiente na Avenida Paulista”. “Eu? Eu vou morrer de vergonha, todo mundo olhando pra ele!”. Teve mãe, que nunca foi pra praia conosco, que falou: “Eu não vou expor meu filho, no meio de todo mundo”! (DSC/PF).

Um imaginário social negativo favorece experiências negativas entre as pessoas, com e sem deficiência. As reações estigmatizantes têm um espaço de ação configurado nestes imaginários: constituem barreiras de participação, implicam uma atitude sempre acompanhada de um pensamento diante da questão. (MARTINELLI, 2008; PEREIRA, 2006).

A mudança do imaginário social é fundamental para as experiências positivas entre pessoas com e sem deficiência. O pensamento e as ações são modificados na vivência com a deficiência, no contato com as diferenças. O imaginário social negativo não impede o movimento de participação dessas populações e seus familiares. Entretanto, o olhar da sociedade para a deficiência restringe: constitui um importante inibidor de atitudes que desfavorecem (quando não impedem) uma ampliação da circulação social dessas pessoas:

Quando saio com ele, os outros discriminam. Não queremos aceitar o olhar diferente, porque dói: olhar de receio, de dó. Às vezes penso,

eles não vão aceitar, porque tem criança que faz barulho, tem criança que [...] (DSC/PF).

Sair juntos configurou uma importante estratégia de desmonte das barreiras atitudinais, em relação às próprias famílias e pessoas com deficiência. À medida que enfrentam juntos o olhar da sociedade, mostram-se fortalecidos para sustentar as diferenças no espaço social. As experiências instauradas com os passeios do *Andanças* são propulsoras da participação.

Foi para dar o chute inicial e abrir a porta para eles saberem que podem sair e reivindicar. Muitos lugares se adaptaram para atendê-los; tem até point: eles se encontram num barzinho, que se adaptou. Antes, você batia na porta: “Tem algum deficiente?”. “Não!”. Só que ele estava escondido. Hoje não, os vemos na rua. Tem dia que, na praça, se vê mais pessoas com deficiência do que gente sem. Isso mudou muito a vida de todos, com ou sem deficiência. As famílias de crianças com deficiência aprenderam a sentir orgulho de seus filhos: elas saem mais. Vemos as pessoas com deficiência, os jovens e adultos, circulando mais (DSC/EA).

Os relatos das mudanças observadas no cotidiano da cidade revelam novos detalhes, como fotografias panorâmicas captando o universo social. A experiência com o *Andanças* abre-se a novos modos de pensar, desconstruindo imaginários estabelecidos e favorecendo a presença dessas populações nos diferentes espaços sociais. Novos pensamentos criam condições favoráveis para que as pessoas com deficiência envolvam-se com diferentes situações na vida. Um novo leque de mudanças sutis passa a operar e o território da cidade ganha uma nova materialidade pelo acolhimento e pela ação efetivados. É na experiência que esse processo é estabelecido: vivenciar as diferenças e criar as pequenas soluções permitem a construção de um conhecimento sobre aquilo que inicialmente é estranho. Esse saber torna-se partilhado e é expresso nos diversos encontros entre pessoas com e sem deficiência: um conhecimento sobre a questão da deficiência se configura e já não assusta mais as pessoas, que ficam

acostumadas com as novas conformações da diferença, constituindo os cenários cotidianos. Um deslocamento é realizado: pensar a participação social dessas populações como algo natural no cotidiano das pessoas; ideia construída a partir da experiência do *Andanças*.

Mudanças sutis operam-se também pelo movimento das próprias pessoas com deficiência, que se colocam mais em situação de participação: envolvem-se em situações cotidianas, independente de oportunidades para isso, apesar das barreiras físicas e atitudinais encontradas. Expor-se. O que implica chamar a atenção do olhar do outro para si.

Se você não procura um lugar na sociedade, ela te exclui. A questão é sair: tem que se impor. Eles não se preocupavam para onde era o passeio: “Para passear, estamos dentro!”. Não importa se vai chover ou fazer Sol, só de passear... Nós incentivávamos: “Vai estudar, fazer alguma coisa! Vem para a praça...”. O cara: “Ah, mas tem escada...”. Paciência! “Não tem rampa”. “Paciência! Peça ajuda! Faça o outro entender que você precisa disso. Temos que mostrar a cara, sair!”. Assim, os ajudamos a se imporem (DSC/PF).

Ao se colocarem em situação de participação, as pessoas com deficiência intervêm na dimensão micropolítica, em estruturas moleculares e sensíveis das estruturas sociais: as relações entre pessoas com e sem deficiência, as sensações e percepções que este contato dispara. Isso favorece atos cotidianos e o envolvimento das pessoas com deficiência em outras situações da vida, ampliando a participação. Os sentimentos dos familiares marcam dificuldades dessas populações em participar: colocar-se em situação de participação depende da ação da própria família, quando esta necessita, em decorrência das limitações, acompanhar a pessoa com deficiência nos espaços sociais. É o imaginário da família influenciando os movimentos do próprio sujeito com deficiência e das famílias.

O vivido em cada passeio possibilita a criação de um repertório de experiências e o conhecimento dos rituais a elas relacionados: um aprendizado dos saberes compartilhados socialmente. Exercício realizado no acompanhamento e com a mediação atenta da Equipe de Apoio, o que favorece a construção de um entendimento que implica o reconhecimento das próprias sensações pelos sujeitos: conhecer o mundo e a si mesmo. A ampliação da participação não diz respeito apenas ao movimento das pessoas com deficiência, mas, necessita também da criação de situações ou elementos que favoreçam a participação, como o convite para um passeio.

O *Projeto Andanças* parte do princípio que a participação é um direito, o que implica a necessidade de oferecer igualdade de oportunidades para as populações em desvantagem. Assim, facilitar a participação constrói-se com estratégias diferentes. A atuação melhor definida, nas atribuições da Equipe de Apoio, diz respeito à facilitação dos acessos físicos. Favorecer a participação superando as barreiras físicas com simples estratégias: pegar no colo; carregar o deficiente; dobrar, carregar, montar cadeira; e colocar o sujeito em seu dispositivo de mobilidade. Minúcias que exigem um exercício de desacelerar. Parar, olhar, ser afetado, pensar. Deslocar as ações de um fazer automatizado, a que somos submetidos, cotidianamente, no sistema capitalista, objetivando otimizar do tempo para a máxima produção. Criação de fazeres a partir de cada situação, de acordo com a singularidade, diferença e necessidades que são colocadas naquele momento (SANT'ANNA, 2001).

Quando os gestos, a aproximação e o acompanhamento são realizados com delicadeza, constrói-se um conhecimento relacional (consigo e com o outro) de forma respeitosa e sutil. A criação de estratégias para superar as barreiras físicas, vão além das

ações que constituem os passeios em si, envolve o planejamento, a escolha dos locais, e muitos detalhes que, ao serem cuidados com atenção, abrem possibilidades.

Quando escolhíamos um parque, perguntávamos: “Alguém conhece?”. Porque não adianta você levar um grupo de deficiente para um parque que não tem estrutura na parte bonita, que não vai cadeira. Você não consegue carregar todo mundo no colo, não tem estrutura. Muitos teatros têm espaço para o cadeirante. Mas cinquenta, não cabe. Tem que ter o bom senso de conhecer ou perguntar. Porque ainda tem lugares que não tem banheiro acessível, rampa, ou elevador. Nós fomos num teatro, acessível até a porta: para sentar nas poltronas, a cadeira chega. Então, se você tem cinquenta pessoas de cadeira, são cinquenta que precisa ajudar para se locomover até as poltronas. Tem que chegar umas horas antes e entrar, antes deles, para visualizar o lugar e, já marcar: “É acessível para todo mundo”. Ou, senão: “Vamos espalhar um pouco, porque dá para espalhar...” (DSC/EA).

Superar barreiras físicas não implica apenas transpor obstáculos à frente. A Equipe busca olhar o espaço como um ambiente constituído, também, das relações que se estabelecem entre as pessoas presentes naquele lugar. Assim, construíram estratégias que favoreciam a circulação dos sujeitos e o encontro entre as diferentes formas de ser. As ações da Equipe de Apoio costumam possibilitar, tecendo atos e situações nos espaços, para que as pessoas com deficiência participem das dinâmicas sociais onde se encontram. O tecido relacional, ganha novas texturas, relevos ou cores, e é recriado a partir destas diferenças. Os integrantes da Equipe de Apoio são atores deste processo, deixam-se afetar pelas relações estabelecidas com os participantes e seus modos de ser. Deixar-se afetar favorece que eles criem as estratégias inovadoras que ampliem os *atos cotidianos* e o *envolvimento em situações de participação*. Tais estratégias podem ser muitas, e não dizem respeito apenas às barreiras físicas.

Com as mães, o importante é fazê-las trocar experiência. É o momento que elas têm de todos serem iguais, de colocar as dúvidas: “Como você faz isso? Como conseguiu colocar na escola? O meu estuda numa escola especial, eu morro de medo de tirá-lo... Os mais jovens,

colocamos eles para participar: fazemos perguntas e eles começam a gritar... Participar. Com adolescentes, adultos conversamos assuntos que não costumam conversar, por estarem sempre em família. Não que se fale besteira. Mas ao lado da sua mãe, você não brinca que você namora o fulano. E eles precisam destas conversas. Se convido um cadeirante que nunca foi, chamo um que está acostumado a ir, sem que um saiba da situação do outro: para eles trocarem experiência! (DSC/EA).

As intervenções apresentadas no DSC convocam as pessoas com deficiência a se colocarem em situação de participação. Um duplo movimento se processa na criação de oportunidades para participar e no envolvimento com tais oportunidades. A facilitação, com estratégias macropolíticas de favorecimento do acesso, é construída na situação por ações micropolíticas que envolvem cada acontecimento. Essas se configuram como apoio, suporte, incentivo com potência de impulsionar o movimento de colocar-se em situação de participação. O *Projeto Andanças* constrói ações que podem ser denominadas *Práticas de Sensibilização Territorias*, à medida que chama a atenção para a problemática da acessibilidade e das atitudes com as pessoas com deficiência. Sensibilizam para as questões, construindo novas perspectivas de ações.

### **Considerações Finais**

O olhar que teceu a construção deste texto voltou-se para as sutilezas das ações do Projeto Andanças. Buscou-se trazer à tona as pequenas soluções apresentadas pela proposta: dar visibilidade às ações micropolíticas e apontá-las como importantes vetores de intervenção para a ampliação da participação social das pessoas com deficiência. Sem elas a proposta macropolítica que desenhou e implantou o projeto perde pontos fundamentais que a sustentam, diminuindo a potência de ação do Projeto. (ROLNIK, 2008).



O lazer, conforme apresentado, emerge como possibilidade de nomear a prática do Andanças, abrindo um caminho de discussão teórica com contribuições de diferentes campos de conhecimento, deslocando as intervenções junto às populações com deficiência do marcador biológico que historicamente as constituíram.

As políticas públicas para as pessoas com deficiência são construídas por um olhar macropolítico, intervêm nas tensões sociais visíveis e dizíveis. Criam-se adequações terminológicas em relação às deficiências; fala-se de leis e normas de condutas inscritas no espectro dos direitos dessas populações. Entretanto, não há um olhar para a dimensão micropolítica: Abordar as sensações, percepções e pensamentos suscitados pelo contato com as pessoas com deficiência; e construir ações que possam intervir nestas esferas, nas quais atuam as chamadas barreiras atitudinais, configura-se como fundamental para favorecer a participação social dessa população; Ademais, possibilitar a criação de um imaginário social que abarca as singularidades nas relações sociais, favorece a construção de uma sociedade aberta às diferenças e às experiências subjetivas.

O contato com estes temas e com o projeto mostra a necessidade de construir políticas públicas que impliquem tais ações e, também, de estratégias que afirmem a execução e valorização dessas microações. Para tanto, é necessário que os trabalhadores, gestores e o público-alvo das intervenções (pessoas com deficiência) compartilhem uma alegria, um aumento na potência de seu agir em seus trabalhos, compartilhando as suas experiências, e tornando-se efetivamente construtores participantes do prosseguimento do projeto. (DELEUZE, 1978).

A pesquisa realizada revela que a construção de ações alegres demanda a atenção para as múltiplas necessidades, campo fértil para emergir as mínimas

diferenças. Para isto, é necessário que se tome consciência das variadas formas de gerir o tempo, permitindo a coexistência das diferentes temporalidades. A lentidão é, assim, não mais associada à deficiência, à falta de velocidade, mas como tempo possível para emergências de necessidades, sutilezas e diferenças. (COUCHOT, 2007; SANT'ANNA, 2001)

Os atos cotidianos e o envolvimento em situações da vida são aspectos do fazer humano mutuamente implicado: a ampliação ou redução de um, provoca a ampliação ou redução do outro. Estes elementos constituem a tessitura micropolítica da participação social, e a oportunidade de realizar outros atos cotidianos ou envolver-se em novas situações na vida, o que favorece uma ampliação da participação. Processo, este, tecido por sutilezas de difícil visibilidade.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. Tempo Livre. In:\_\_\_\_\_. **Indústria Cultural e Sociedade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.103-17.

ANTUNES, R.L.C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. S. A. S. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/php/level.php?lang=pt&component=51&item=28> Acesso em: 30 set. 2009.

COUCHOT, E. Reinventar o tempo na era digital. **Interin**, dez 2007. Disponível em: [http://www.utp.br/interin/EdicoesAnteriores/04/revista\\_interin.htm](http://www.utp.br/interin/EdicoesAnteriores/04/revista_interin.htm) Acesso em: 15 mai. 2010.

DELEUZE, G. **Aula sobre Spinoza**. Cours Vincennes, jan. 1978. Trad.: Francisco Fuchs. Disponível em: <http://www.webdeleuze.com> Acesso em: 5 mai. 2010.

\_\_\_\_\_.; GUATTARI, F. **O que é filosofia?** 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 24, 2004.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2005.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n.2, p.20-31, maio/ago 2004.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Discurso do sujeito coletivo**. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: Educs, 2003.

LIMA, E. M. F. A. **Terapia Ocupacional e Filosofia da Diferença: Pensando uma clínica dos agenciamentos**. Relatório. Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica. Pós-doutorado - LUIZ B. L. ORLANDI. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisa da Subjetividade- PUC-SP, 2006.

LIMA, S.A.B. **Participação Social no Cotidiano**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

LIMA, F. J.; SILVA, F. T. S. Barreiras Atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In: SOUZA, O. S. H.(Org.) **Itinerários da Inclusão Escolar**. Canoas: Ulbra; Porto Alegre: AGE, 2008.

MARCASSA, L. **As Faces do Lazer: categorias necessárias à sua compreensão**. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 15 (ENAREL), 2003, Santo André. **Anais...** Santo André, 2003 CD-ROM.

MARTINELLI, S. A. **Inclusão: Lazer e participação social sob o olhar de pessoas com deficiência mental e suas famílias**. 2008. Dissertação (Mestrado). Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

MASCARENHAS, F. **Lazer e grupos sociais: concepções e método**. 2000. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

\_\_\_\_\_. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 2005. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MURAMOTO, M. T.; MÂNGIA, E. F. Redes sociais e construção de projetos terapêuticos: um estudo em serviço substitutivo em saúde mental. **Rev. Ter. Ocup. Univ.**, v.18, p.54-62, 2007.

NERI, M.; PINTO, A.; SOARES, W.; COSTILLA, H. **Retratos da Deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Centro Colaborador da OMS para a Família de Classificações Internacionais. São Paulo: EDUSP, 2003.

PEREIRA, R. J. **Anatomia da diferença**: uma investigação teórico-descritiva da deficiência à luz do cotidiano. 2006. Tese (Doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2006.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES (PMETRP). Gerência de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência (GPPPD). **Projeto Andanças**: Incluir para mudar o olhar. Projeto apresentado ao CEPAM. Ribeirão Pires, 2007.

PUHLMANN, F. Breve Histórico das Práticas Sociais com Relação às Pessoas com Deficiência. In: CARDOSO, P; NAMO, D. **A inclusão social da pessoa com deficiência no Brasil**. Como multiplicar este direito. São Paulo: Instituto Paradigma; 2008. Brasília: SEDH: CNIPPD, 2008.

QUARENTEI, M. S. Experimentar, criar... Afirmar territórios, vidas... Belezas. In: SEMINÁRIO ABERTO DO COLETIVO DE ESTUDOS DE TERAPIA OCUPACIONAL E PRODUÇÃO DE VIDA, 1. **Anais...** Botucatu, 2006.

ROLNIK, S. **Com o que você pensa?** Núcleo de Subjetividade da Faculdade de Psicologia da PUC-SP. Disponível em: <http://blogdafla.vilabol.uol.com.br/comoquevcpensa.Suely2007.pd> Acesso em: 31 ago. 2008.

SANT'ANNA, D. B. **Corpos de Passagem**: ensaios sobre a subjetividade contemporânea. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

\_\_\_\_\_. **O prazer justificado**: história e lazer. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SLUZKI, C.E. **A rede social na prática sistêmica**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

VAZQUEZ, M. L.; SILVA, M. R. F.; CAMPOS, E. S.; ARRUDA, I. K.G.; DINIZ, A. S.; VERAS, I. L., PEREIRA, A. P. C. Participação social nos serviços de saúde: concepções dos usuários e líderes comunitários em dois municípios do Nordeste do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v.19, n.2, p.579, 80-91, mar/abr 2003.

### **Endereço das Autoras:**

Cinthia Mayumi Saito Corrales  
Rua Alagoas, 336 ap. 101 - Higienópolis  
São Paulo – SP – 01.242-000  
Endereço Eletrônico: cinthiamsaito@yahoo.com.br

Eliane Dias de Castro  
Rua Ourizona, 99. Pinheiros  
São Paulo – SP – 05.429-050  
Endereço Eletrônico: castro\_eliane@yahoo.com.br